

HABEAS CORPUS Nº 529.919 - RJ (2019/0256638-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SONIA MARIA ARRUDA GONCALVES - RJ069498
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : CRISTIANO VIEIRA
PACIENTE : HENRIQUE PINHEIRO LEITE DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CRISTIANO VIEIRA e HENRIQUE PINHEIRO LEITE DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0043215-60.2019.8.19.0000).

Consta dos autos que os pacientes tiveram a prisão preventiva decretada em 25/4/2019 como incurso no art. 157, § 2º, I, II e V do Código Penal (roubo circunstanciado). O mandado de prisão foi cumprido com relação a HENRIQUE em 10/6/2019. CRISTIANO não foi encontrado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. DENÚNCIA IMPUTANDO AOS PACIENTES A PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO, PELO CONCURSO DE PESSOAS E PELA RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DA VÍTIMA, DELITOS DESCRITOS NO ARTIGO 157, §2º, INCISOS II E V, E § 2º-A, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PARA QUE SEJA CONCEDIDO O DIREITO DE RESPONDER AO PROCESSO EM LIBERDADE, QUE NÃO MERECE PROSPERAR. NARRA A DENÚNCIA, EM SÍNTESE, QUE OS PACIENTES, ESTAVAM EM UM AUTOMÓVEL FIAT/DUCATO, SE APROXIMARAM DO VEÍCULO FIAT/FIORINO, DE PROPRIEDADE DA EMPRESA “RAPIDÃO COMETA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S/A”, E APONTANDO A ARMA DE FOGO PARA MARCIO RAMALHO ALVEZ (MOTORISTA) E O AJUDANTE EDUARDO BELARMINO DA SILVA, QUE HAVIAM ACABADO DE FAZER UMA ENTREGA E RETORNAVAM PARA O VEÍCULO, ANUNCIARAM O ASSALTO. A VÍTIMA EDUARDO FOI OBRIGADO A INGRESSAR NO VEÍCULO

DOS ROUBADORES, ENQUANTO O PACIENTE CRISTIANO INGRESSAVA NA FIORINO, DETERMINANDO QUE O MOTORISTA MARCIO PERMANECESSE CONDUZINDO O CARRO, SEGUINDO SEUS COMPARSAS, RESTRINGINDO-LHES A LIBERDADE. A QUESTÃO SOBRE A INOCÊNCIA DO PACIENTE, QUE NÃO SE ENCONTRA COMPROVADA DE PLANO, DIZ RESPEITO AO MÉRITO E DEMANDA O REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO, INCABÍVEL NA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA (fls. 16/17).

No presente *mandamus*, sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Alega ausência de contemporaneidade na decretação da preventiva, por ter sido decretada há mais de 9 anos após a ocorrência dos fatos.

Pretende, em liminar e no mérito, a concessão da ordem, para a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura.

A liminar foi indeferida (fls. 73/75), as informações foram prestadas (fls. 82/87 e 90/92) e o Ministério Público se manifestou pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela denegação da ordem (fls. 94/100).

É o relatório.

O pedido está prejudicado.

Das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que, nos autos do Processo n. 0057281-42.2019.8.19.0001, em 4/11/2019, foi proferida sentença absolvendo os pacientes, tendo sido determinada a expedição de alvará de soltura em favor deles.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator